

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR.

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, no auditório do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema - Cismepar, localizado na Travessa Goiânia, cento e cinquenta e dois - Londrina/PR, realizou-se a centésima septuagésima sexta reunião do Conselho Curador para deliberar assuntos constantes na pauta.

Para este expediente fizeram-se presentes na categoria Secretários de Saúde (as): Liliane Longhi Fabrin (Bela Vista do Paraíso); Alex Fernandes Monteiro (Guaraci); Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar (Ibiporã); Angela Maria Menezes (Jataizinho); Vivian Biazon El Reda Feijó (Londrina); Carlos Alexandre Sgorlon (Pitangueiras); Arilda Batista de Araújo (Porecatu); Marília Gabriela Salgado Alves (Prado Ferreira); Daniela Ruzila Giannini (Primeiro de Maio); Erika Fernanda dos Santos Bezerra Ludwig (Rolândia). Também participaram da reunião como ouvintes os representantes da diretoria executiva do consórcio.

Ordem do dia: Alteração de valores da Fonoaudiologia; Protocolo de regulação de exames e consultas para validação; Aparelhos auditivos – ILES; Novo fluxo de Solicitação de Consultas Referenciadas (SCR); Drive disponível para preenchimento dos dados de Eco Fetal e USG Morfológica; Credenciamento de novos profissionais da área da saúde; Outros assuntos de interesse do Consórcio; Informes. O Sr. Diego cumprimentou a todos e apresentou a pauta a ser discutida. Dando início deu as boas-vindas à Sra. Ivani, nova secretária de Saúde do Município de Jaguapitã, desejando-lhe êxito nas atividades e colocando-se à disposição para o que for necessário. Na sequência, informou-se que esta é a última reunião do ano e que algumas pautas não puderam ser finalizadas. A proposta de projeto de resolução referente à fonoaudiologia não foi incluída, pois não houve tempo hábil para a elaboração completa do projeto. Assim, ficou definido que a matéria será apresentada na primeira reunião de fevereiro. Comunica-se, ainda, que haverá mais uma Assembleia de Prefeitos neste ciclo, a ser realizada na próxima semana, porém em formato online. Dependendo da disponibilidade da Presidência, será avaliada a possibilidade de convocação de uma reunião extraordinária em janeiro, com o objetivo de antecipar a discussão e eventual aprovação dos valores relacionados ao serviço de fonoaudiologia. Alteração de valores da Fonoaudiologia – A pauta abordou a revisão dos valores pagos pelos serviços de fonoaudiologia. Inicialmente, foram apresentados os valores atuais praticados: Terapia com auditivo individual e disfagia: cento e cinquenta reais. Audição, linguagem, motricidade facial e disfagia: cem reais. Foram apresentadas também propostas de novos valores com redução, correspondendo a cinquenta reais e sessenta e cinco reais, respectivamente. Para embasar a discussão, foi apresentada pesquisa de mercado com valores praticados por diversos prestadores, variando de trinta e cinco reais a duzentos e noventa reais, evidenciando grande disparidade regional e por instituição. Durante a discussão, a Sra. Vivian ressaltou que a redução dos valores não é viável devido à alta demanda reprimida e à escassez de profissionais na região. Enfatizou que uma diminuição poderia comprometer o atendimento e gerar novas filas, afetando pacientes e a gestão municipal. Em Londrina, os prestadores já enfrentam sobrecarga, atendendo uma demanda de mais de dois mil pacientes, sendo necessário considerar a realidade operacional e disse que qualquer proposta de redução de valores deve ser acompanhada de informações concretas sobre prestadores e capacidade de oferta, garantindo que a alteração seja factível e não prejudique o serviço público. Diante disso, ficou deliberado, suspender temporariamente a alteração da tabela de valores e solicitar que, para propostas de valor reduzido (ex.: cinquenta reais ou sessenta e cinco reais), sejam apresentados: Nome do prestador; Quantidade de vagas mensais disponíveis nesse valor; Capacidade real de atender a demanda local; O tema será retomado na próxima reunião.

considerando a apresentação das informações solicitadas para avaliação da viabilidade de alteração dos valores. Protocolo de regulação de exames e consultas para validação – Foi lembrado aos presentes que, há aproximadamente sessenta dias, o referido protocolo foi encaminhado por e-mail aos municípios, tendo alguns deles, como Rolândia, apresentado sugestões. Informou-se que as contribuições retornaram e que o documento foi ajustado conforme as alterações recebidas. Contudo, considerando que a versão revisada ainda não foi reenviada aos municípios para nova análise, deliberou-se que não seria possível realizar a aprovação nesta reunião. Ficou definido que o protocolo será reenviado ainda hoje a todos os municípios pela Diretoria de Assistência, com destaque às alterações realizadas, para nova avaliação. Deliberou-se, ainda, pela realização de uma reunião extraordinária, em formato on-line, a ser agendada para o início de janeiro com a finalidade de discutir e deliberar sobre a aprovação do protocolo, viabilizando sua implementação e posterior encaminhamento aos profissionais médicos para as validações necessárias. Aparelhos Auditivos – Foi discutido o processo de licitação para aquisição de aparelhos auditivos, considerando a elevada demanda reprimida existente no âmbito estadual, com filas de aproximadamente dois a três anos. Apresentou-se a proposta de o Cismepar realizar processo licitatório próprio para contratação global dos serviços, compreendendo consulta especializada, exames, avaliação, fornecimento do aparelho auditivo e acompanhamento pós-adaptação, possibilitando aos municípios a redução de suas filas mediante custeio com recursos próprios. A Sra. Jennifer relatou visita técnica realizada ao Instituto Londrinense de Educação para Surdos – ILES, com a finalidade de conhecer o modelo de atendimento adotado, bem como avaliar a capacidade instalada e a viabilidade de credenciamento da instituição. Constatou-se que o ILES demonstrou interesse em participar do processo, reconhecendo a necessidade de ajustes operacionais e de fluxo. Foi debatida a especificação técnica dos aparelhos auditivos, sendo considerada mais vantajosa a adoção exclusiva de aparelhos recarregáveis, tendo em vista a dificuldade de aquisição e troca de pilhas por parte dos pacientes, especialmente idosos, além da maior adesão ao uso. Registrou-se que os aparelhos recarregáveis possuem vida útil estimada de cinco anos e garantia mínima de dois anos. Esclareceu-se que, conforme protocolos do Sistema Único de Saúde, não há substituição de aparelhos em casos de extravio ou roubo, sendo garantida apenas a troca mediante apresentação do equipamento danificado, quando aplicável. Destacou-se, ainda, a importância do acompanhamento pós-adaptação, considerando que a não adaptação adequada é fator relevante para o abandono do uso do aparelho. Deliberou-se que o processo licitatório terá como objeto os aparelhos com tecnologia recarregável. Ficou encaminhado que o processo licitatório será finalizado e colocado em andamento até o final do mês de janeiro, com posterior organização dos fluxos assistenciais entre Cismepar, municípios e prestadores credenciados, visando evitar sobreposição de filas e garantir transparência no acesso dos pacientes. Novo fluxo de solicitação de consultas referenciadas – Foi apresentada e discutida a necessidade de reorganização do fluxo de solicitação de consultas referenciadas, em razão de inconsistências recorrentes nos pedidos encaminhados à regulação, especialmente decorrentes de solicitações realizadas por especialistas fora de sua área de atuação, sem dados clínicos suficientes para análise regulatória. Deliberou-se que, a partir da implantação do novo fluxo, o profissional especialista do consórcio não realizará mais a Consulta Referenciada (CR) nesses casos, limitando-se a registrar no receituário ou documento próprio a descrição do problema relatado pelo paciente, com a orientação para procurar a Unidade Básica de Saúde (UBS). O paciente deverá, então, passar por avaliação do clínico geral na UBS, que ficará responsável por verificar a necessidade de exames complementares, inserir as informações completas no sistema SOLUS e formalizar, se pertinente, a solicitação à regulação, garantindo dados adequados para análise e priorização. Ressaltou-se que a medida visa qualificar a fila, reduzir solicitações desnecessárias e

assegurar que os casos prioritários sejam regulados de forma mais eficiente. Informou-se que o corpo clínico será oficialmente comunicado sobre o novo fluxo pela Diretora Técnica, Dra. Cauane, com previsão de início da vigência a partir de primeiro de janeiro, de forma padronizada em todo o consórcio. Destacou-se ainda que é esperado aumento de questionamentos por parte dos pacientes, razão pela qual os municípios foram previamente informados para alinhamento e orientação. Disponibilização de drive para preenchimento de dados de Ecocardiografia Fetal e Ultrassonografia Morfológica – Foi informado que está disponível drive específico para o preenchimento dos dados referentes às gestantes que necessitam de Ultrassonografia Morfológica e Ecocardiografia Fetal, conforme exigência vigente para acompanhamento pré-natal. Esclareceu-se que a orientação já foi repassada na reunião com os agendadores e que o objetivo do drive é permitir o levantamento prévio, por município, do número de gestantes e do respectivo tempo gestacional, possibilitando o planejamento antecipado das agendas e evitando a perda do período adequado para realização dos exames. Ressaltou-se que a medida visa evitar agendamentos emergenciais, dificuldades na contratação de prestadores e duplicidade de exames, além de subsidiar o planejamento orçamentário e assistencial do consórcio. Informou-se ainda que parte dos exames poderá ser viabilizada por meio de ampliação e ajustes contratuais no âmbito do Qualicis, estando em andamento a revisão do plano de trabalho e a renovação contratual, sob acompanhamento da equipe técnica. Esclareceu-se que as gestantes já inseridas nas linhas de cuidado e referenciadas para atendimento no Cismepar manterão o fluxo atual, enquanto o drive permitirá mapear o cenário dos municípios, organizar a agenda dos prestadores e garantir a realização dos exames no tempo gestacional adequado. Informou-se, por fim, que as equipes das linhas de cuidado também terão acesso ao drive, de modo a melhorar a comunicação entre municípios e consórcio, reduzir riscos de duplicidade de agendamentos e qualificar o acompanhamento das gestantes. **Outros assuntos de interesse do consórcio:** Gestantes de alto risco recebendo alta do ambulatório do Cismepar sem definição de maternidade de referência – Foi discutida a situação de gestantes acompanhadas no Ambulatório de Alto Risco do Cismepar que, ao receberem alta, permaneciam sem maternidade de referência definida, ocasionando atendimentos em nível secundário e dificuldades na regulação em casos de intercorrência. Esclareceu-se que as gestantes ingressam precocemente no acompanhamento e que a organização atual das agendas, com maior número de consultas no início da gestação, tem comprometido a disponibilidade de vagas no período final, quando o acompanhamento deve ser mais frequente. Deliberou-se pela reorganização do protocolo assistencial, com redução da frequência de consultas no início da gestação e ampliação das vagas no período final, incluindo a criação de reserva técnica de agenda, a fim de garantir retornos em prazos menores quando necessário. Informou-se que está em elaboração protocolo específico para a linha de cuidado da gestante de alto risco, bem como a revisão da utilização dos recursos da linha, visando assegurar a continuidade da assistência. Também foi informado que a Décima Sétima Regional de Saúde está articulando, junto aos hospitais da rede e aos Grupos Técnicos, a definição das maternidades de referência e a retomada da vinculação das gestantes de alto risco. Até a definição regional, será utilizado formulário padronizado, anexado à carteira da gestante, com informações clínicas essenciais para subsidiar atendimentos de urgência e a atuação da regulação e do SAMU. Ambulatório da Dor – Foi discutida a perda de vagas de neurólise no Ambulatório da Dor em razão da ausência de organização e cumprimento do fluxo de contrarreferência, resultando em agendas abertas sem pacientes regulados. Esclareceu-se que o profissional responsável atua simultaneamente como regulador e executor do procedimento, sem que o consórcio tivesse acesso ao controle da regulação. Diante da situação, foi informado que o fluxo definido em âmbito regional será formalmente encaminhado ao profissional por e-mail, a fim de documentar as orientações e

148 possibilitar posterior cobrança quanto ao cumprimento do encaminhamento dos pacientes.
149 Ressaltou-se que a ausência de triagem e encaminhamento adequado tem impactado a
150 ocupação das agendas e a oferta do serviço, sendo necessária a adoção de procedimento
151 semelhante ao já utilizado em outros fluxos assistenciais, com definição prévia do
152 atendimento e inserção adequada no sistema. Encaminhou-se, ainda, a necessidade de
153 alinhamento entre os Grupos Técnicos quanto ao fluxo da neurólise, especialmente em relação
154 ao uso do sistema SOLUS CARE, evitando divergências operacionais e garantindo a
155 efetividade da regulação. **Informes:** Obra do Centro de Especialidades – Informou-se que
156 foram concluídas as adequações do planejamento, planilha e processo administrativo, com
157 tramitação pela Caixa Econômica Federal e Vigilância Sanitária de Londrina, encontrando-se
158 atualmente na Caixa para emissão do e-mail de liberação final. Após a liberação, prevista para
159 a próxima semana, será aberto o processo de contratação da construtora para conclusão da
160 obra, atualmente com aproximadamente cinquenta e nove por cento de execução. Destacou-se
161 a necessidade de captação de recursos adicionais, estimados em cerca de novecentos mil reais,
162 em razão do atraso e da atualização dos valores, considerando ainda o período de
163 aproximadamente dezessete meses sem repasses, o que impactou o andamento do projeto.
164 Reforma do Consórcio – Informou-se que a documentação referente à reforma do consórcio
165 foi integralmente encaminhada à SESA e recebeu parecer favorável da engenheira
166 responsável, após vistoria nos ambulatorios. A expectativa é de que o processo licitatório seja
167 iniciado no início de janeiro, contemplando as adequações previstas, incluindo a
168 transformação em AME e a construção de elevador no prédio antigo. Ao final, o Sr. Diego
169 agradeceu a presença de todos, desejou um Feliz Natal e um ótimo ano de dois mil e vinte e
170 seis aos presentes. Nada mais havendo a tratar por ocasião desta discussão, deu-se por
171 encerrada a reunião, e eu Simone S. O. Oussaki, Assessora Executiva, lavrando-se a presente
172 Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma que esta será publicada
173 no site do Cismepar em até cinco dias úteis e o arquivo de áudio e/ou vídeo desta reunião fica
174 disponível para consulta aos interessados, sob guarda da Diretoria Executiva.

MUNICÍPIO	NOME
Bela Vista do Paraíso	Liliane Longui Fabrin
Guaraci	Alex Fernandes Monteiro
Ibiporã	Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar
Jataizinho	Angela Maria Menezes
Londrina	Vivian Biazon El Reda Feijó
Pitangueiras	Carlos Alexandre Sgorlon
Porecatu	Arilda Batista de Araújo
Prado Ferreira	Marilia Gabriela Salgado Alves
Primeiro de Maio	Daniela Ruzila Giannini
Rolândia	Erika Fernanda dos Santos Bezerra Ludwig
Cismepar	Diego Augusto Buffalo Gomes

175